



Pronunciamento proferido por

**Edson Vidigal**

Presidente do  
Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 20 de Maio de 2004



Confederação Nacional do Comércio

Pronunciamento proferido por

---

**Edson Vidigal**

Presidente do  
Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 20 de maio de 2004



**Confederação Nacional do Comércio**

## **Confederação Nacional do Comércio**

### **Brasília**

SBN Quadra 1 Bloco B nº 14º, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP 70041-902 Brasília

PABX (61) 329-9500 | 329-9501

E-mail: cncdf@cnc.com.br

### **Rio de Janeiro**

Avenida General Justo, 307

CEP 20021-130 Rio de Janeiro

PABX (21) 3804-9200

E-mail: cncrj@cnc.com.br

## **Projeto Gráfico: SDI/Unidade de Programação Visual**

---

Confederação Nacional do Comércio

Pronunciamento proferido por Edson Vidigal; Presidente do Superior Tribunal de Justiça/Confederação Nacional do Comércio. – Brasília, 2004.

24 p.

1. Superior Tribunal de Justiça. 2. Pronunciamento.

I. Vidigal, Edson.

---

Pronunciamento do Exmo. Ministro  
Edson Vidigal,  
Presidente do Superior Tribunal de Justiça,  
em vinte de maio de dois mil e quatro,  
na Sede da Confederação Nacional do  
Comércio – CNC, em Brasília, DF.

# Apresentação

**O SR. ANTONIO OLIVEIRA SANTOS (Presidente da Confederação Nacional do Comércio)** – Exm<sup>o</sup> Sr. Presidente do Superior Tribunal de Justiça – Ministro Edson Vidigal; meus Caros Companheiros de Diretoria; Srs. Consultores; Srs. Presidentes de Federações; Srs. Empresários; minhas Senhoras, meus Senhores:

Esta é para nós uma data de muita alegria. A presença de V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa é motivo de orgulho e, desfrutar de sua companhia, um privilégio.

Ao concluir o seu discurso de posse no alto cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, V. Ex<sup>a</sup> colocou em destaque – estas palavras são suas, Sr. Ministro:

*“Minha origem é a estrada, meu destino é o futuro.*

*Vamos continuar seguindo juntos.”*

Hoje, em nossa conversa inicial, o prezado Ministro falou sobre o futuro do País, o papel dos empresários e o papel do Governo, em especial a confiança que nós, empresários, temos na Justiça brasileira.

É nessa caminhada, onde V. Ex<sup>a</sup> assegura que “o compromisso primeiro da Justiça num Estado Democrático é a Paz”, que a Confederação Nacional do Comércio e suas Federações querem estar presentes, a fim de ajudar o País a não cair no poço da insegurança, do medo, da apatia, da indiferença e da leniência.

Aqui estão presentes, Sr. Ministro, os 27 Estados da Federação, representados pelos empresários do comércio de bens, de serviços e de turismo, que mensalmente se reúnem para discutir e buscar soluções para as questões ligadas ao nosso setor, visando o fortalecimento de nossos negócios e nossas empresas, colaborando, assim, na geração de novos empregos e no crescimento do nosso País.

6

O Sistema Confederação Nacional do Comércio – este é esclarecimento para V. Ex<sup>a</sup>, que não priva de nossa intimidade aqui -, que abrange o Sesc e o Senac, tem no vértice da pirâmide a CNC, que se dedica à defesa dos interesses dos empresários do comércio de bens, de serviços e de turismo, compreendendo 27 Federações Estaduais, 7 Nacionais e 900 Sindicatos – Sindicatos estes que se reúnem, a cada dois anos, com a CNC, no Rio de Janeiro, para discussão, atualização e solução dos problemas que porventura aflijam as suas bases.

Voltados para os trabalhadores, o Sesc e o Senac dedicam-se, respectivamente, ao bem-estar social, promovendo lazer, turismo, educação e saúde, e a formação profissional dos nossos trabalhadores.

Este Sistema social envolve cerca de 40.000 empregos – são 40.000 empregos dentro do Sesc, do Senac e de nossas Federações -, compreendendo um verdadeiro exército que se dedica ao bem-estar dos trabalhadores do setor terciário de nossa economia, circunstância que o credencia como único existente em todo o Mundo.

O Sesc está presente em 2.200 municípios brasileiros, com a

manutenção de cerca de 500 ginásios e centros desportivos, 1.300 salas de aula, 31 centros educacionais instalados em municípios carentes, 154 bibliotecas e 120 auditórios.

Podia também adicionar, Sr. Ministro, que o Sesc cuida do chamado turismo social. O turismo social, para atender aos trabalhadores do setor do comércio de bens, de serviços e de turismo, como disse há pouco, mantém colônias de férias, que são verdadeiros *resorts*, onde há 13.500 leitos. Talvez seja das maiores cadeias hoteleiras conhecidas. Não conheço nenhuma outra, pelo menos no nosso Hemisfério, que tenha 13.500 leitos, que são, em grande parte, subvencionados e destinados aos nossos trabalhadores, porque, sem isso, o trabalhador brasileiro não teria acesso a esses centros de lazer, de repouso, que ele merece.

Já o Senac, somente no ano de 2003, nas suas 710 unidades operacionais, em cerca de 2.000 municípios brasileiros, atendeu a cerca de 2 milhões de alunos, orientados por 15 mil professores especializados.

Estes números impressionam, Sr. Ministro.

Gostaria que o Ministro tomasse conhecimento do que vem a ser este Sistema que hoje V. Ex<sup>a</sup> visita.

Vale salientar que esse é um trabalho espontâneo que todos nós, do Comércio, realizamos em favor da Paz Social – harmonia almejada pela sociedade, perseguida pelo Estado Democrático de Direito – e, como bem ressaltou V. Ex<sup>a</sup> em seu discurso de posse: “*A Justiça é um instrumento realizador da Paz. Da Paz Social*”.

Bastaria esse trecho para vislumbrar qual o seu programa de trabalho à frente do Superior Tribunal de Justiça. Mas V. Ex<sup>a</sup> vai adiante,

ao colocar em relevo na mesma peça de ascensão à Presidência: *“investir na cidadania, de modo que as pessoas mais distantes, em seus subúrbios, grotões, favelas, sejam tocadas pelo evangelho redentor da democracia”*.

As palavras são suas, Ministro, no momento em que assumiu a Presidência desse Tribunal.

Sr. Presidente – Ministro Edson Vidigal, meus caros companheiros do Comércio, meus caros amigos, quando tomamos a iniciativa de convidar V. Ex<sup>a</sup>, nada mais fizemos senão confirmar que o objetivo claro da sua gestão é o mesmo ideal que move a todos nós.

8

Todos nós do Comércio partilhamos pela cartilha que foi defendida, em seu discurso de posse e pela sua atuação à frente desse Tribunal, e repetindo o que disse há pouco a V. Ex<sup>a</sup>, quando aqui chegou: nós, do Comércio, que fazemos parte do setor produtivo deste País, olhamos para a Justiça, em especial os Supremos Tribunais, como é o Superior Tribunal de Justiça que V. Ex<sup>a</sup> preside, como a nossa fronteira de defesa.

É lá que o comerciante, o industrial, o agricultor encontram a defesa dos seus princípios, porque nem sempre nossos interesses estão sendo bem defendidos por outros Poderes, sejam federais, estaduais ou municipais.

É na Justiça que repousa a nossa garantia de podermos continuar a trabalhar em benefício deste País, dando o melhor dos nossos esforços. Esforço – como disse, Ministro – espontâneo. Nenhum de nós está buscando interesse pessoal. Nesta sala não há nenhuma pessoa que esteja, aqui, defendendo interesse pessoal. Estamos defendendo o interesse da atividade produtiva do País, que é a única forma de transformarmos este País numa Nação ideal que desejamos para nossos

filhos, para nossos netos, para os brasileiros que virão depois de nós.

Receba, portanto, Ministro, a nossa simpatia, o nosso agradecimento pelo trabalho que V. Ex<sup>a</sup> está realizando. Receba a nossa colaboração. Por favor, considere esta como a sua casa. Seja sempre muito bem-vindo.

Qualquer problema, a Confederação Nacional do Comércio e seu Sistema estarão à sua inteira disposição, porque estamos certos de que seus objetivos são exatamente iguais aos nossos – a defesa dos interesses do nosso País.

Muito obrigado.

# Pronunciamento

**O SR. MINISTRO EDSON VIDIGAL (Presidente do Superior Tribunal de Justiça)** – Ocorre-me, Sr. Presidente da Confederação Nacional do Comércio, meu estimado Antonio Oliveira Santos, um retorno rápido a um breve momento que eu presenciei em São Luís do Maranhão.

No Governo Costa e Silva, nomeou-se Ministro do Trabalho o então Coronel Jarbas Passarinho. O Governador do Maranhão era o hoje Presidente José Sarney, que tinha 35 anos de idade. O Ministro Passarinho foi a São Luís para receber o título de cidadão de São Luís, até porque uma parte de sua família tem sementes, raízes plantadas no nosso território. O Governador Sarney resolveu aprontar uma com o Ministro Passarinho. Pediu ao Líder da Câmara que designasse o Vereador Papagaio para saudar o Ministro Passarinho. Papagaio era apelido. Naquele tempo a legislação eleitoral permitia que se registrasse o apelido para concorrer à eleição. Por um bom tempo foi proibido. Agora voltou novamente. E o Vereador Luís Alves ganhava a eleição: "Vote no Papagaio, ele fala melhor por vocês".

Então, começa a solenidade. O Vereador Papagaio, a certa altura,

dirige-se ao Ministro Passarinho e lhe diz, depois de uns vinhos no bar do Hotel Central: “Ministro Passarinho, aproveitando as nossas afinidades ornitológicas, vamos falar agora de ave para ave”.

Isso me ocorre porque, no Maranhão, também tínhamos o nosso Aurélio, aquela pessoa que ouvia as frases, as anotava, para colocar no dicionário. Era o Professor Domingos Vieira Filho, que inseriu, no dicionário *Linguagem Popular do Maranhão*, esta expressão – *ave para ave*, que significa de *igual para igual*.

Então, isso me ocorre no momento em que aqui sou recebido, com muita honra, como Presidente do Superior Tribunal de Justiça e como Presidente do Conselho da Justiça Federal, por todos os Presidentes das entidades representativas do Comércio. E aí me sinto à vontade, porque podemos falar agora de ave para ave. De Presidente para Presidente.

Nosso País anda muito triste. Nós andamos numa depressão. O setor público com suas greves.

Eu dizia há pouco, no Ministério Público Federal, numa assembléia, que não há uma greve no setor privado, todas as greves são no setor público. Por quê? O que está acontecendo?

Primeiro, o setor privado hoje, de tão premente, está num esforço diuturno para garantir o emprego. A questão é de sobrevivência. O setor público, embasado pela estabilidade, pode fazer greve. Os salários estão engessados. No setor público, a máquina estatal mal está dando conta de suas rotinas procedimentais, ainda mais tendo de se ater a uma agenda positiva de audaciosos investimentos.

Gosto muito desta palavra audácia.

Para sairmos dessa tristura generalizada, não bastam as lições da História, até a mais recente.

Afinal, exatamente por estarmos neste pedaço do território goiano, que se resolveu que aqui seria o Distrito Federal. Em quatro anos de Administração, num palácio que hoje a gente passa, olha, e não imagina o que era este País, governado do Catete. O Palácio era a residência de um empresário e a União desapropriou. O Brasil foi possível a partir dali, movido pela audácia.

Claro, se fosse hoje, o Ibama embargaria as obras do Lago Paranoá. Se fosse hoje, a Estrada Belém-Brasília nunca sairia do projeto, porque iria cortar reservas, passar por terras de índio, viveiros de onça, dormitórios de jacaré. Se fosse hoje, Juscelino Kubitschek, Oscar Niemeyer, Bernardo Sayão, Lúcio Costa, aquela plêiade de idealistas brasileiros, confiantes no futuro deste País, estaria cada um com uma ação civil pública, acusados de improbidade administrativa.

Isto para lhes dizer que cada coisa, portanto, tem seu tempo, confirmando o que se diz nos Evangelhos.

É tempo, no Brasil, de despertarmos e sairmos dessa mesmice. Fazer a mesma coisa significa fazer nada e somos acusados pelas mesmas coisas.

Imaginemos um País com 170 milhões de habitantes, oficialmente, neste momento com nascimentos significando mais bocas para reclamar com fome, mais consciências precisando de escola, daí a pouco mais mãos precisando de trabalho...e a geração do emprego, a geração do trabalho, só se faz com capital. O capital é o grande investimento, aliado à imaginação, para dar ocupação à mão-de-obra e isso gerar desenvolvimento.

Todos nós estamos cansados de saber disso. Todos nós estamos cansados de saber que a arrecadação tributária duplica a cada ano e segue numa progressão.

Todos nós ouvimos e nos aquietamos.

Este País detém uma das maiores cargas tributárias do Mundo. E a democracia é nossa meta permanente. Não podemos imaginar Estado de Direito Democrático com coreografias constitucionais. Não podemos querer que nossas questões se resolvam por emendas constitucionais, por medidas provisórias, por letras de lei, e que as questões da moralidade, pelas CPIs ou pelas ações civis públicas do Ministério Público.

Precisamos mesmo é pensar o País urgentemente, para sair dessa mesmice e afirmar esse projeto de Estado de Direito Democrático.

Posso pensar em democracia, se, num País deste tamanho, todo o Judiciário não soma 16 mil juízes?

Alguém já imaginou que no Brasil somos menos de dois mil juízes federais? E que o Direito que se opera é o Direito Nacional Federal? Porque a competência legislativa é privativa da União Federal, sobre todos os ramos do Direito. Ali já há reserva de mercado para Direito Espacial – competência privativa da União Federal.

Esses Direitos estão consagrados a todos que são iguais perante a lei, em deveres e, por conseguinte, em direitos, como são administrados neste País.

Temos duas correntes de Justiça: a Justiça dos Estados e a Justiça Federal.

São 27 Tribunais de Justiça, portanto, um em cada Estado, com instâncias de primeiro grau, que não cobre, em nenhum Estado, nem a metade do território, porque as comarcas abrangem múltiplos municípios.

O processo dá entrada no primeiro grau, vai para o Tribunal de Justiça, de onde faz-se um recurso, que pode ser o especial, vem para o Superior Tribunal de Justiça. Se se dá entrada na Justiça Federal, é o mesmo rito: juiz federal de primeiro grau, Tribunal Regional Federal, Superior Tribunal de Justiça.

Não pára aí. Vai para o Supremo. Corte Constitucional resolvendo até questões de condomínio.

Não brigas, mas as questões das demandas dos cidadãos em geral, dos empresários, dos que geram emprego, ou dos empregados que trabalham, elas demoram, em média, dez anos. Quando, depois de dez anos, se chega a uma decisão terminativa, não terminou. Aí começa o ganha, mas não leva, porque se vai para um processo chamado processo de execução. Entre o processo de execução e uma semana antes de dois anos do trânsito em julgado, providencia-se uma rescisória e aí empaca tudo e aquele direito, declarado, afirmado pela última instância judiciária, vai ser uma esperança para algum neto do demandante, vai entrar num espólio.

Todos nós estamos cansados de saber disso. O que fazer? Emendar a Constituição? A Reforma do Judiciário? Não é por aí. Meia dúzia de medidas, no máximo.

Precisamos entender que, sem o Judiciário rápido, com respostas eficazes, eficientemente estruturado, não vamos ter democracia, não

vamos ter crescimento econômico e não vamos ter estabilidade nenhuma nas relações capital e trabalho, porque tudo será incerto e continuará, como hoje, incerto. Tudo será insegurança jurídica. A inviabilidade de execução dos contratos, a convocação de uma jurisprudência que no dia seguinte já mudou, o cipoal legislativo que é este País, de leis, que, se você começar a estudar, morre e não acaba de tomar conhecimento de todas elas.

Todo esse panorama, Sr<sup>as</sup>. Presidentas, Srs. Presidentes, conhecemos e estamos cansados disso.

Vamos imaginar agora, por exemplo, que nós, diante do mapa do Brasil, escolhemos 4 mil localidades – são 5.561 municípios. Isso é possível. A cada uma dessas localidades eu levo uma Vara da Justiça Federal. Por que não da Justiça Estadual? Já há um bocado delas e não resolve. As pessoas não acreditam em Polícia Estadual, não acreditam em Justiça Estadual, porque temos, no nosso imaginário, oriundo da monarquia, que a autoridade tem de ser federal. É rei ou rainha, imperador ou imperatriz.

Esta é a realidade da visão do povo brasileiro. A autoridade federal está melhor.

Carlos Drummond de Andrade falava até no poeta municipal e no poeta federal. Ele era um belo poeta federal, apesar de cantar sempre sua Província.

A Vara da Justiça Federal leva obrigatoriamente consigo o Ministério Público Federal, Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública, a Polícia Federal – o fenômeno do crime, a gente começa a perceber, está se interiorizando, as centrais do crime organizado operam no

interior, porque no interior não há controle, o Estado não está presente.

Qual é a presença afirmativa do Estado brasileiro no Brasil brasileiro?

Receita Federal – para arrecadar. INSS – para arrecadar. Banco do Brasil, agora para executar o pessoal que não pôde pagar. Caixa Econômica, para pagar os aposentados e com as loterias – arrecadar. Não há mais nada.

Uma Vara da Justiça Federal leva isso tudo.

16

Assim, se nos conscientizarmos, cobrarmos, exigirmos, bancarmos com nossa audácia um projeto dessa envergadura, concomitantemente, portanto, vamos aquecer o comércio nessas pequenas localidades, vamos aquecer a indústria da construção civil, porque vamos gerar empregos e vamos fazer uma inversão desse fluxo para as regiões metropolitanas, o pessoal voltando para o interior. Vamos dar um alento para os pequenos e médios empreiteiros.

Fiz um levantamento e estamos tentando uma experiência pioneira neste sentido, no Maranhão.

Só na construção civil, inicialmente surgiu algo em torno de doze prédios ao mesmo tempo.

Vamos realizar concursos para 4 mil juízes federais, 4 mil procuradores da República, 4 mil advogados. Vamos dar um alento, portanto, a toda nossa juventude que está saindo das universidades, sem saber o que fazer, com o diploma debaixo do braço, porque esta também virou outra febre – universidade. Descobriu-se, em alguns casos, com a prudência que sempre deve governar certas afirmações,

que é mais negócio imprimir diploma do que falsificar dinheiro.

Vamos criar uma nova classe média no interior do Brasil, porque os salários dessas pessoas, muito acima da média em cada localidade, vão provocar no comércio local um impacto, com o patamar de exigências maior, que irá até à cultura, uma vez que eles vão querer cinema, escola melhor para seus filhos e vão morar lá. Por conseguinte, serão novos paradigmas para essas comunidades brasileiras.

Isso é fantasia? É sonho? É ilusão? Eu diria que é um sonho com os pés no chão. É fácil.

Estamos levando para o Maranhão uma Vara da Justiça Federal. São seis juízes federais na ilha, na Capital.

E falar em cobranças ao Poder Judiciário? São justas as cobranças. São todas procedentes, mas temos de ter, primeiro, Poder Judiciário. Quando digo ter, tê-lo da maneira mais afirmativa possível.

O Estado brasileiro precisa ocupar o Brasil. A ocupação do Brasil pelo Estado tem de se dar com a presença física, com a sua arquitetura em cada município. Seu conjunto de ações resumido na arquitetura e na presença dos agentes que vão habitar essa arquitetura.

Alguém fez uma conta para mim sobre tudo isso, em termos de quanto custaria. Tudo ao mesmo tempo, para dar uma alavancada, para animar esse auditório tão triste que está o nosso País hoje, tão acuado.

Falou-me o engenheiro que fez a conta: isso deve dar um pouco menos de um dia de juros da dívida interna.

Não há recursos. Se for pelo do Orçamento, não vai haver, porque o Senador sabe que faz-se a previsão e o Executivo contingência.

A lei da parceria público-privada ainda não saiu. Precisamos pressionar, para que esse instituto venha logo, porque acredito em parcerias – públicas e privadas.

Claro que se vai acrescentar um custo a mais a quem já paga uma conta para ter o que não tem, que é a ação do Estado brasileiro.

No entanto, não podemos prescindir da presença do Estado, vamos ter de reformá-lo, vamos ter de enfrentar todos esses obstáculos, essas mentes atrasadas que insistem em acreditar no Estado poderoso, resolvidor de todas as questões, quando ele tem de ser visto apenas como uma invenção nossa, para gerir e administrar o bem comum. E aí resumindo-se, as prioridades hoje são segurança pública e prestação jurisdicional, porque ninguém vai vir para o Brasil fazer investimento ameaçado pela indecisão, pela insegurança jurídica, pela incerteza do cumprimento dos contratos pré-acordados e pré-acertados.

Nós, homens públicos, precisamos todos entender que essas questões são prioritárias, que temos de trabalhar correndo e que os governantes estão ali colocados por um sistema democrático, que permite a qualquer um, venha de onde vier, da camada mais distinta da sociedade, poder chegar lá.

Todos nós não passamos de simples empregados do povo brasileiro, de simples funcionários dos Senhores, que pagam a conta. E contas temos de prestar todo dia pelo que fazemos. Temos de enfrentar o desperdício. Temos de modernizar a administração pública, alavancar a utilização das ferramentas que a tecnologia coloca a nosso serviço.

Alguns milhões de dólares cumpriram todo o trajeto da burocracia e foram disponibilizados pelo Banco Mundial ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – o BID, para o nosso País. Em muitos casos, alguns projetos já estavam obsoletos, já não prestavam para nada, em outros, o Governo não sabe como oferecer a contrapartida e estamos pagando taxa de permanência.

Há cerca de um mês, fui procurado pelo Secretário de Transportes do Estado de São Paulo, juntamente com o Presidente da Empresa do Metrô. A questão era que as obras da última etapa do Metrô estavam, há quase um ano, paralisadas, por força de uma medida liminar. Ou seja, o País pagando taxa de permanência do dinheiro, para fazer uma obra imprescindível numa cidade como São Paulo, onde um dos maiores problemas é o transporte coletivo e uma obra paralisada, por força de uma decisão liminar que estava discutindo detalhes de um edital, numa concorrência, numa licitação.

A audiência foi às 11 horas, à noite cassei a liminar e determinei a retomada do cumprimento do contrato que havia sido estabelecido, para que as obras pudessem ter início.

Precisamos, então, investir na formação de novos magistrados, com nova consciência, dentro do que o Presidente Antonio Oliveira Santos destacou – a Justiça há de ser sempre o realizador da paz social.

Estou me alongando. Vamos ter outros momentos para sonharmos juntos, mas sonharmos assim, despertados.

Acredito na viabilidade de um Brasil democrático, com um Judiciário estruturado, ligado ao Executivo e ao Legislativo. Há necessidade de uma reforma política também, além do Judiciário,

para que possamos ter condições de responder às demandas da sociedade e poder encarar esse futuro que está na nossa porta, no nosso batente, com desafios que crescem, pelo próprio crescimento das necessidades do País. Cresce a população, crescem os problemas, ampliam-se as necessidades. Não podemos ficar acuados, intimidados pelos problemas, como se não soubéssemos resolvê-los.

É questão de querer, é questão de se unir. Por isso que vim correndo aqui, quando Bernardo Cabral me convidou, porque vi que era uma oportunidade para começarmos um duradouro diálogo em torno das questões que nos dizem respeito, nesse pilar do Estado brasileiro que é o Poder Judiciário, e aprendendo, ouvindo os Senhores, buscando soluções que os setores jurídicos de cada uma dessas Entidades devem ter, para nos apresentar.

Há um mês peguei a roda. Estou tentando fazê-la rodar. Não preciso inventar a roda.

Dois turnos de trabalho. Se me queixo que tenho muito trabalho e continuo trabalhando, vou ter, cada dia, mais trabalho. O Tribunal, então, passou a funcionar das 7:30h às 19:00h, ininterruptamente.

Resolvemos alguns problemas. O Tribunal aqui é de recurso e os advogados que vêm de São Paulo, do Rio de Janeiro e de toda parte do Brasil, passavam o dia inteiro esperando as 18:00h para saberem quem ia ser o relator do processo. Essa distribuição era feita às 18:00h, passou a ser feita três vezes. Quem estivesse imaginando que ia invadir o sistema de distribuição, para manipular, vai ter de trabalhar também três vezes, porque são três distribuições, com senhas que se mudam a cada distribuição, sistema que se renova a cada semana, para garantir

a segurança.

Hoje recebi uma condecoração por conta dessa resolução, que editei sozinho, *ad referendum*, ainda vai ser aprovada. Pela manhã, quando descia para um encontro no Ministério Público, na minha pasta estava uma intimação do Ministério Público Federal, em razão da instauração de um procedimento administrativo do Ministério Público Federal - e eu ia para o Ministério Público, para ser homenageado - que tenho o prazo de 20 dias para juntar documentação, desde 1990 - só tenho um mês de mandato -, para fins de instauração possivelmente, claro - que tudo é em tese - de uma ação civil pública, por uma improbidade minha, de ter posto o Tribunal para funcionar em dois horários.

Tive - claro - de fazer uma negociação com os servidores. Nessa negociação, resolvi outro problema, porque, com mais dois concursos que eu fizer, não vou ter espaço para os servidores.

Com dois turnos, também pretendia economizar o dinheiro dos Senhores, contribuintes, para não ter de construir mais prédio para a burocracia.

Com dois turnos, ninguém é mais dono da mesa, do computador, nem do telefone.

Reduzi porque, na verdade, sete horas rendiam apenas cinco, seis no máximo. Normalizamos para seis horas em cada turma, criando um banco de horas, para que o servidor, nas chamadas atividades extracurriculares da universidade, pudesse usar esse tempo que fica depositado.

A acusação contra o Presidente do STJ de improbidade administrativa

é porque não reduziu salário. Reduziu o horário, tinha de reduzir o salário.

No entanto, não está escrito em algum lugar que salário é irreduzível, é alimento? E os salários já não estão reduzidos há muito tempo, senão não estariam fazendo greve?

Por isso que digo que isso é uma condecoração.

Todo dia dou um passo atrás quando vejo um palanque à minha frente. E todo dia há alguém querendo dar-me um palanque. Esse é um. Por improbidade, por estar querendo colocar o pessoal para trabalhar, para servir à sociedade.

São – claro – direitos que os servidores têm. É dever funcional zelar pelo estrito cumprimento das normas, e cabe a mim respeitar, escancarar as minhas portas, para que os receba a qualquer momento, a qualquer hora. O Tribunal não é meu, não é de ninguém. O Tribunal é da democracia. No dia em que não houver democracia, tem-se de fechar os Tribunais.

Então, Presidentas e Presidentes, tenho outra história, mas fica para outro encontro.

É que, quando fui entrando com Bernardo Cabral e o nosso Presidente Antonio Oliveira Santos, havia uma moça da televisão do nosso Amigo Felipe Dahl, da *Rede Amazônica*. Ela veio para me entrevistar. Aí eu disse: vai atrasar.

Eu me lembrei de uma historinha rápida.

Sabemos como são os casamentos. Todos nós ficamos na porta da

igreja esperando pela noiva, que sempre demora. Nessa ansiedade, colocaram o microfone de televisão para o reverendo, com a seguinte pergunta: reverendo, o que o Senhor acha do sexo antes do casamento? Ele olhou para um lado, olhou para o outro, e disse: minha filha, não tenho nada contra, não, mas que vai atrasar a cerimônia, vai.

Ali houve a preocupação de que a cerimônia fosse atrasada, o que não aconteceu. Nesta, quem a está atrasando sou eu, com a demora do meu pronunciamento.

Muito obrigado a todos. Vamos discutir juntos.